

CIVILIZAÇÃO E HIGIENE: DAS PRÁTICAS CORPORAIS AS INTERVENÇÕES URBANAS

ANA LICKS ALMEIDA

Docente e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano/PPDRU/Universidade Salvador/UNIFACS.
e-mail: ana.almeida@unifacs.br.

RESUMO: Este artigo visa compreender o processo de civilização que evidencia as relações interdependentes entre estruturas sociais e estruturas de personalidade aqui representadas por práticas corporais e intervenções urbanas. A idéia central de civilidade mostra que o processo civilizador é um *continuum* ainda em andamento, que apresenta sinais de perversão dados por um automatismo enraizado e às vezes embrutecedor, que afasta as pessoas dessa sensibilidade até então perseguida. Paradoxalmente, as estruturas de personalidade transformadas por sensibilidades afiadas e autocontrole - que inicialmente promoveram uma abordagem ainda não experimentada pelas pessoas - foram tão radicalizadas e perseguidas que provocaram cortes sangrentos no tecido social.

Palavras-chaves: processo civilizatório. Higiene. Urbanismo.

CIVILIZATION AND HYGIENE: FROM CORPORAL PRACTICES TO URBAN INTERVENTIONS

ABSTRACT: This article aims to understand the civilization process that puts in evidence the interdependent relationships between social structures and personality structures here represented by corporal practices and urban interventions. The central idea of civility shows that the civilizing process is a *continuum* still in progress, which presents signs of perversion given by a rooted and sometimes stunting automatism, which alienates people from this sensibility until then pursued. Paradoxically, the personality structures transformed by keen sensibilities and self-control - which initially had promoted an approach not yet fully experienced by people - were so radicalized and pursued that it provoked bloody cuts in the social fabric.

Keywords: civilization process. Hygiene. Urbanism.

10 MANDAMENTOS HYGIÊNICOS

Compilador: R. Coliostro

Sempre a moléstia sae pela janela

si muito ar e luz entram por ela

Ou muito ar e luz abundante,

é um barato e bom desinfectante

De todos os remédios, o ar puro é sempre

o mais barato e mais seguro.

Só casa com janella há de servir para teu quarto dormir.

O beijo mais innocente pode o são tornar doente.

Casa limpa, bom ar, boa comida, dão saúde, prazer e longa vida.

Leite puro, mas bebido

só depois de bem fervido.

Em fruta descascada, não lhes dê uma dentada.

Si queres a comida aproveitar

come com fome e bebe devagar.

Das casas de grandes ceias,

estão as sepulturas cheias.

As práticas de higiene são resultantes de uma gradual modelagem das sensações corporais desencadeadas pelo processo civilizador. Sua cristalização nas formas atuais remete a Idade Média quando autores de livros de etiqueta e boas maneiras determinam os critérios de limpeza. Só mais tarde essa responsabilidade é assumida pelos higienistas, ancorados no saber científico.

Norbert Elias (1993) constrói uma teoria do processo civilizador cuja complexidade é dada pelo detalhamento cuidadoso e minucioso do tema, o que torna impossível abordá-la em toda sua amplitude. Entretanto o que está em evidência no processo civilizador, são as relações de interdependência existentes entre as estruturas sociais e estruturas da personalidade. Em um

esforço pioneiro, Elias utiliza-se de uma sociogênese e psicogênese, que associa inevitavelmente, as mudanças ocorridas no tecido social com as mudanças de comportamento. A ideia central de civilidade, ligada ao desenvolvimento da capacidade de “orientação para a experiência”, mostra que o processo civilizador é um *continuum* ainda em andamento e que não acontece uniformemente nos diferentes estratos sociais. São exatamente as relações entre estes estratos dentro do campo social que irá permitir o entendimento das estruturas e processos que desembocam no processo civilizador.

O esfacelamento do feudalismo e a formação das cidades-estados deram lugar a monopolização da força, concentração de poder e a monetarização que, subsistiu a economia de troca a medida que alcançava territórios mais recônditos, alargando as teias de interdependência, tornando-as mais densas e coesas e gerando espaços sociais pacificados onde novas formas de relações interpessoais vão ser fomentadas a ponto de provocar a psicologização do outro e racionalização das relações. “O cálculo enreda-se com o cálculo.” (ELIAS v.II, 1994, p.227)

Não sendo uniforme, o processo civilizador apresenta flutuações, avanços e retrocessos, principalmente quando se trata de uma sociedade hierarquizada como era a corte absolutista. Esse processo é portanto, desencadeado inicialmente entre as classes superiores, gerando tensões e, lentamente é disseminado entre as classes inferiores.

São os diferentes níveis de emotividade, autocontrole e economia das pulsões os indicadores do grau de refinamento da racionalidade e psicologização das diversas camadas sociais o que permite, por vezes, vantagens de um grupo sobre o outro.

Sentidos apurados e burilamento da estrutura de personalidade, segundo Elias (1993), só pode ser alcançado por aqueles que estão acima do patamar da miséria e da fome. O desejo compulsivo de prestígio social só se encontra como motivo principal no desencadeamento das ações, entre membros de classes cuja renda é substancial, onde o impulso para se empenhar nas atividades econômicas está mais associado ao desejo de manter um determinado padrão de vida e status. Isso explica porque o controle das emoções, a capacidade de previsão são mais apuradas e desenvolvidas entre os estratos mais altos da sociedade.

Não significa porém que os estratos mais baixos não tenham sido atingidos pelo processo civilizador ou estejam dele, excluídos. Para se compreender melhor este desenvolvimento é necessário uma visão totalizadora e integrada do campo social, das redes de interdependências, das cadeias de ações, enfim das estruturas que subjazem o tecido social.

As regras de conduta e boas maneiras aparecem como um reflexo do refinamento alcançado pela sociedade ocidental. Diante da nova ordem social que se instala lentamente o outro adquire maior visibilidade e as fronteiras entre o público e privado adquire novas nuances, decorrentes do aparecimento da vergonha e repugnância.

O intrincado tecido social que se formou, assim como a dependência mútua, provocou um aguçamento do olhar. As pessoas passam a se observar mais, tornando as sensibilidades e proibições mais diferenciadas e criando sutilezas que justificam o alargamento do patamar da vergonha e do embaraço. Essas transformações baseiam-se sobretudo em diferentes proporções, entre os medos de origem externa (violência física) e o medo interno do indivíduo (constrangimento, embaraço) – para os quais não é possível apontar um ponto zero – e a estrutura que os articula.

Inicialmente a contenção de gestos, palavras, modos, etc. foi provocado por um medo de causar rupturas ou desequilíbrios prejudiciais à complexa cadeia de interdependência que enredava o indivíduo. Mais tarde essas restrições passam a hábitos e põem fim a reflexos condicionados que agem no indivíduo como uma “segunda natureza”,

Hoje estes códigos de conduta estão tão arraigados e incutidos que parecem ter existido desde sempre. Neste processo é preciso lembrar também a formação e ascensão da classe burguesa, que serve como mola propulsora para fomentar o desejo de distinção da aristocracia. Diferenciar-se era fundamental. Por sua vez, a burguesia tenta imitar os trejeitos da sociedade de corte, sendo alvo de zombaria. Mais adiante a própria burguesia irá produzir seus códigos que iriam contrapor os valores aristocráticos. As identidades são portanto construídas através de processos que envolvem a semelhança e diferenciação; proximidade, distanciamento e oposição.

A identidade é valor central na sociedade ocidental, principalmente em uma sociedade fundamentada no individualismo. Essa identidade, de acordo com alguns valores contemporâneos, se constrói a partir de determinado capital simbólico – incluindo regras de conduta e códigos de boas maneiras - que representam sobretudo prestígio e poder. Não estamos portanto muito distantes dos conflitos da sociedade de corte ou da classe burguesa quando este processo se faz mais acirrado.

As camadas médias possuem modelos próprios que incluem a absorção, e por vezes ressignificação, dos signos de distinção social proveniente das camadas dominantes. Num movimento semelhante a sociedade de corte, quando estes símbolos são integrados ao arsenal

das classes médias, deixam de ser considerados pelas camadas dominantes, passando por um processo de desvalorização. As camadas mais populares, por sua vez, desenvolvem um processo da mesma natureza.

Um controle social rígido surge com a necessidade de distinção. Um refinamento cada vez maior dos padrões de comportamento, faz surgir novas regras de boas maneiras, códigos cada vez mais sofisticados de conduta, que imprimem ao indivíduo restrições aparentemente sem sentido e cujo significado, em última instância, é ser aceito em determinado grupo social.

Entre estes padrões estão as regras de etiqueta à mesa. Entre aqueles mais abastados por exemplo, o uso correto de utensílios de mesa, tais como copos e talheres em profusão, é considerado corriqueiro e por certo alguém que não proceda de acordo com as normas vigentes pode ser alvo das mais variadas sanções arbitradas pelo grupo em questão.

O simples ato de comer, alimentar-se, tornou-se um procedimento por vezes ritualístico, deixando de lado seu caráter mais imediato de satisfação de necessidades básicas. Não é o caso de um retorno às maneiras brutais e pouco elegantes do passado, mas um equilíbrio entre estes extremos que permita aos indivíduos uma conduta que incorpore determinadas padrões sem perder de vista sua função principal.

Entre os segmentos mais pobres da população as normas sociais pertinentes tomam outras direções. Uma das regras da “boa educação” é o costume de dividir com o outro aquilo que se come. Inquirir o outro: “está servido?” - é sinal de deferência.

Há portanto particularidades adquiridas no processo de refinamento das condutas sociais. Cada camada ou grupo possui seus códigos que não deixam, entretanto, de apresentar semelhanças pelo menos quanto a sua função.

O aguçamento dos sentidos torna o indivíduo cada vez atento a detalhes, aos gestos. A aparência torna-se importante pois falará silenciosamente acerca de cada um. A preocupação com a limpeza, decorrente dos códigos, irá refletir o processo de civilização moldando gradualmente as sensações corporais. É também a história do crescimento do espaço privado e do auto regramento através dos cuidados do indivíduo consigo mesmo. (VIGARELLO,1996)

As práticas de higiene surgem portanto dentro de um contexto muito mais associado a preocupação com a imagem, distinção e observância das boas maneiras do que com uma preocupação com a saúde. A rigor, as práticas higiênicas preenchem as mesmas funções das razões de moralidade.

Não são os higienistas que ditam os critérios de limpeza no século XVII, mas os autores de livros sobre boas maneiras. Alguns comportamentos passam a ser considerados ofensivos não propriamente por questões higiênicas, mas sobretudo porque ofendem aos olhos e geram associações desagradáveis. As funções corporais livres de restrições, são pouco a pouco banidas para a esfera privada e íntima como decorrência do avanço dos patamares de embaraço e repugnância e o desenvolvimento do sentimento de delicadeza.

Os padrões de limpeza decorrem dessas transformações na mentalidade e se compõe necessariamente com as imagens do corpo. Ser limpo era cuidar da zona limitada da pele que ficava em evidencia e estava exposta aos olhares alheios. O rosto, as mãos eram as partes favorecidas pela limpeza na Idade Média, pois ela se dirige a terceiros, diz respeito ao imediato, ao visível. A limpeza não estava associada a água, a lavagem.

Durante a Idade Média o que constitui a noção de limpeza é a utilização das roupas brancas, imaculadas, que refletem o cuidado com a aparência acentuando a diferenciação entre o em cima da roupa e o embaixo. É quando se instala a *toilet* seca e uma rejeição a água se desenvolve na elite francesa (VIGARELLO,1996).

Há aqui algo curioso. Esta preocupação exagerada com o visível, ao alcance do olhar, corresponde a uma preocupação com a comunicação que é feita simbolicamente. As redes de interdependências cada vez mais estreitas e densas, impelem o indivíduo a estabelecer algum tipo de contato favorável com o mundo externo, com a esfera pública. A indumentária torna-se portanto marca de distinção.

Em finais do século XVIII e século XIX a burguesia irá multiplicar o jogo com os tecidos leves e com o branco. No entanto outros valores surgirão para promover a limpeza do corpo escondido sobre tantos “véus” (VIGARELLO,1996).

Com o advento da bacteriologia e a descoberta de um mundo invisível povoado de seres minúsculos - que escapam a visão mais apurada e só podem ser vistos mediante um arsenal tecnológico apropriado - a limpeza passa a ser associada a higiene, que em última instancia irá se constituir enquanto um campo de saber, uma disciplina dentro da própria medicina. Higiene é uma palavra que durante todo o século XIX ocupa um lugar inédito e que significa algo muito além da saúde. Está associada a “um conjunto de dispositivos e saberes que favorecem a sua manutenção (da saúde)” (VIGARELLO, 1996, p.168)

São os higienistas, quando adquirem novo status, que irão promover uma verdadeira faxina dos corpos e dos espaços. As preocupações com a higiene alcançam uma dimensão

ética. O objetivo passa a ser a transformação dos costumes e vícios das populações menos favorecidas. O banho adquire uma função purificadora, pois limpa o corpo, deixando-o imune as doenças, fortificando-o enquanto favorece a formação do caráter pela disciplina que promove.

É o universo microbiano revelado por Pasteur que dá a água fundamental importância na higienização dos corpos. A água limpa, livra o indivíduo dos micróbios, vírus, etc. ajuda na manutenção da saúde. Enfim, estes procedimentos são legitimados pela ciência, embora houvessem obstáculos e resistências que impedissem a imediata adesão da população a essas novas ideias.

Essas novas concepções irão promover novos ajustes nas fronteiras entre público e o privado. Aparecem os primeiros gabinetes de banho - dentro do espaço privado da casa - pois a exposição do corpo, bem como o embevecimento a que pudessem estar submetidos os adeptos de tais hábitos eram considerados imorais e séria ameaça a formação de caráter dos jovens. O banhar-se vestido foi a alternativa encontrada para burlar a nudez que associada ao banho tinha o poder de despertar a concupiscência.

Outros aparelhos são mais tarde acrescentados a banheira dando lugar ao atual banheiro moderno, quanto as cidades também sofrem intervenções que irão equipá-la com sistemas de distribuição e recolhimento das águas, disciplinando a população dentro dos seus espaços privados, às práticas higiênicas consideradas então imprescindíveis a manutenção da saúde e aos aspectos salutareos dos espaços privados.

Na sociedade brasileira o hábito de banhar-se regularmente intensificou-se na segunda metade do século XIX, causando espanto aos estrangeiros o apreço que se dispensava a este costume. A expansão do poderio ocidental com a conquista de novos territórios levou os povos colonizados, considerados inferiores e “bárbaros” a serem submetidos aos ideais da “civilização” lema central do movimento colonizador. (ELIAS, 1993)

Durante o período colonial no Brasil o refinamento dos sentidos e a autorregulação ainda percorriam um caminho tortuoso. Os espaços internos das casa que careciam de comodidade e asseio, sofreram lentas mudanças. Alguns, a exemplo da cozinha, foram redimensionados passando a fazer parte do corpo da casa, após terem sido erguidas no seu exterior. A presença de duas cozinhas em uma casa, a “limpa” dentro do corpo da construção, e a “suja” externa, demonstra as transformações sofridas (SOUZA, 1997).

As atividades de serviço, como a lavagem de roupas e louças também eram efetuadas em um área de serviço a parte, ou a beira de rios, poços cisternas e chafarizes públicos. Até mesmo o banho de rio era preferido às gamelas e jarras.

Os costumes domésticos trazidos pelos portugueses foram adaptados aos trópicos. Enquanto a quantidade de roupa branca finamente bordada chamava a atenção dos viajantes estrangeiros, a precariedade dos utensílios de mesa era chocante. Os garfos só tem seu uso generalizado a partir do século XIX. Era costume pois, comer com as mãos mesmo que os convidados fossem de cerimônia.

As refeições eram provavelmente momentos de maior intimidade, haja visto o costume de reunir a família ao menos uma vez ao dia nessas ocasiões e também o hábito de não se fazer visitas neste horário. Era comum os escravos e crianças se servirem e comerem em algum canto do aposento.

Alguns hábitos de higiene entretanto chamam a atenção. O costume de lavar as mãos antes e depois de comer, bem como o lava-pés a que se submetiam antes de dormir. A preocupação com a aparência vem denotar um crescente refinamento dos sentidos.

“Vestir-se com requinte e com tecidos importados e raros, falar bonito e pavonear opulência eram preocupações forjadas na privacidade, para serem exibidas na rua. Exibição que podia ainda ser coroada com as marcas de prestígio e poder público como por exemplo, o hábito de uma ordem como a de Santiago, porque cá na América são distintosos os que os trazem, por serem raros.” (MELLO E SOUZA, 1998, PG.286,)

Essa sociedade que cuidava da aparência pessoal, do asseio, era a mesma que vivia em cidades imundas, com ruas tomadas pelos excrementos e montanhas de lixo.

Embora até então a limpeza estivesse mais associada ao aspecto e aparência do indivíduo, sendo portanto uma atividade de caráter privado, ela passa, com o surgimento do higienismo e da medicina social a ser também de domínio público, alcançando uma amplitude não imaginada.

Com base nestas teorias, se dissemina uma preocupação com os espaços públicos e privados e na tentativa de torná-los saudáveis, dá-se início a uma série de reformas, tanto nas

cidades europeias quanto nas principais cidades brasileiras, que acabam por promover uma “limpeza urbana”, com a expulsão das classes trabalhadoras para a periferia das cidades.

Na Europa as primeiras intervenções urbanas, ainda no século XVIII, tem lugar na França. Mas é no século XIX - onde o desenvolvimento do conhecimento técnico cria expectativas de solução para os problemas urbanos - que acontece com maior ênfase as tentativas de erradicação das doenças da insalubridade.

Do mesmo modo que na Europa, preocupações semelhantes são encontradas nas cidades brasileiras, a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo. Na segunda metade do século XIX, as cidades brasileiras eram tidas como insalubres e sujas, inclusive pelos viajantes estrangeiros que, contribuíram através dos seus relatos de viagens, para a divulgação dessa imagem.

As reformas urbanas implementadas nesta época, sob o comando dos higienistas e engenheiros sanitaristas demonstram uma clara preocupação em remodelações ambientais, enquanto meio de disciplinamento das classes menos favorecidas. Os médicos e higienistas defendiam com veemência a necessidade de purificação das cidades e das habitações populares, com o objetivo de transformar a casa em um “lar”, espaço suficientemente atrativo e compatível com as expectativas sociais da época e portanto capaz de manter os indivíduos longe do alcance ameaçador das ruas, bares e lugares de vícios. A casa, ou melhor, o lar, é reconhecido então como lastro da boa sociedade, espaço de reprodução moral, bem como de formação de caráter,

A associação entre pobreza, doença, contágio e insalubridade irá se refletir nas medidas de higienização completa das cidades. Essas relações são estabelecidas a partir das condições socioeconômicas e ambientais das classes mais pobres que provocam e favorecem a debilidade na saúde.

A promiscuidade, a sujeira, o amontoamento de pessoas em pequenos espaços que ferem a intimidade, a bebida, o jogo, etc. são anunciadas como motivos para as doenças entre os pobres. Por fim essas ideias aparecem sob efeito de uma distorção, onde a pobreza em si não é apenas um meio de veiculação de doenças ou um fator de risco, mais sim um fim, ou seja, ela é a própria doença, desencadeada por hábitos e comportamentos considerados daninhos à sociedade. A doença deixa de ter um aspecto eminentemente social para adquirir uma forte conotação moral.

Assim a preocupação com a desodorização e desinfecção dos espaços passa pela iniciativa de proceder a uma completa erradicação das habitações populares consideradas fora dos padrões de salubridade.

No Rio de Janeiro, em finais do século XIX, a inquietação que suscitava as habitações coletivas, popularmente denominadas “cortiços”, desencadeou ações cujo o objetivo era eliminar habitações insalubres mas que acabaram por se transformar numa ação policial, com a expulsão dos moradores do centro da cidade para a periferia e os morros, em assentamentos espontâneos, num prenúncio daquilo que mais tarde se constituiriam como favelas (CHALLOUB, 1996).

Um dos casos mais famosos foi a ação desencadeada - na gestão do prefeito Barata Ribeiro - para desocupação do cortiço “Cabeça de Porco” (1893), que culminou com a demolição das habitações ainda ocupadas. O prefeito em pessoa, acompanhado de outras autoridades locais, presenciou todo o desenrolar dos acontecimentos e comandou, junto ao chefe de polícia da Capital Federal, as operações de cerco policial, invasão e demolição do imóvel considerado pela Inspeção Geral de Higiene, como insalubre.

Essas reformas acabam por ultrapassar a fronteira do urbano para adentrar outras searas. O ideal de civilidade exige uma cidade limpa, agradável, arejada e habitada por uma população condizente. Era necessário portanto promover uma “limpeza racial”, o branqueamento da população, eliminando paulatinamente a herança africana presente na sociedade brasileira.

É possível afirmar, a partir dessas considerações, que o processo civilizador produziu um alto grau de sutileza e delicadeza da sensibilidade - pelo menos nas classes dominantes - a ponto de alargar cada vez mais seus espaços de atuação. Inicia-se pela conduta, avança sobre o corpo com a preocupação com a indumentária e a aparência; em seguida detém-se nos espaços privados; cria novos espaços dedicados as funções corporais e por fim engloba os espaços públicos.

Durante o século XIX as condições higiênicas da cidade do Salvador junto aos costumes dos habitantes, sobretudo das classes pobres, são incompatíveis com uma sociedade “civilizada.” Neste ponto a civilização se apresenta como um projeto universalista que deverá envolver toda a população. O projeto de higienização das cidades traz em seu contexto o disciplinamento não apenas dos espaços públicos mais sobretudo dos corpos que transitam por estes espaços. A normatização das habitações através da regulamentação e

institucionalização dos princípios higienistas permitem que este disciplinamento penetre o espaço privado.

São “colonizados” tornando-se colonizadores do seu próprio povo. Ainda hoje é possível perceber essa atitude tanto no meio social quanto institucional. A reivindicação da participação popular em alguns processos urbanos refletem este conflito. Muitas reformas urbanas foram implantadas sem a devida participação dos grupos sociais interessados. Faz pensar que os supostos reformadores se compreendem enquanto sujeitos mais “civilizados”, detentores de um conhecimento legitimado socialmente, o discurso técnico científico, cuja hegemonia subjuga e desautoriza o conhecimento tradicional das camadas populares.

Mas é preciso lembrar que o processo civilizador produziu até então uma segunda “natureza humana”, embasada no refinamento das sensibilidades e na absorção automática dos códigos de conduta. Esses comportamentos aqui descritos passaram também a serem automatizados carecendo de conscientização.

Por último resta lembrar que o processo civilizador apresenta flutuações, não é um processo monolítico e uniforme. Possui avanços e retrocessos que apontam para uma dimensão ética enquanto projeto em andamento, ainda não concluído. Elias (1993, 1994) discorre acerca das possibilidades futuras, quando este processo, já em estágios mais sofisticados, permita atingir um certo equilíbrio entre os impulsos “primitivos” do homem e as restrições que lhes são impostas pela internalização de regras que o condicionam a comportamentos compatíveis com seu status de civilizado.

O processo civilizador apresenta portanto sinais de perversão dados principalmente por um automatismo tão arraigado e por vezes embrutecedor, que afasta os homens dessa sensibilidade que tanto se quis alcançar. Paradoxalmente as estruturas de personalidade transformadas pelas sensibilidades aguçadas e pelo autocontrole – que inicialmente promoveram uma aproximação ainda não completamente experimentada entre as pessoas - foi tão radicalizada e levada ao extremo que provocou cortes sangrentos no tecido social.

REFERENCIA:

1. ALENCASTRO, Fernando A.(org.): *História da vida privada no Brasil*, vol. II São Paulo, Cia das Letras, 1997

2. CARPINTÉRO, Marisa Varanda: *A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil*. São Paulo, Editora UNICAMP, 1997
3. CHALHOUB, Sidney: *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Cia das Letras, 1996
4. ELIAS, Norbert: *O processo civilizador*, vol I e II, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1994
5. FERNANDES, Ana e GOMES, Marco A. de F: Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850/1920 in *Espaços & Debates: revista de Estudos Regionais e Urbanos*, ano XI-1991-n.34
6. LIMA, Tania Andrade: Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX in *História Ciência e Saúde - Manguinhos* vol. II(3), nov.1995/fev.1996
7. SENNET, Richard: *O declínio do homem público*, São Paulo, Cia das Letras, 1993
8. SOUZA, Laura de Mello(org.): *História da vida privada no Brasil* vol. I, São Paulo, Cia das Letras, 1997
9. VIGARRELO, Georges: *O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal*, São Paulo, Martins Fontes, 1996

^{i i} O significado do termo civilização e seus correlatos sofreram alterações ao longo do tempo. Segundo Elias o conceito de civilização em seu uso no séc. XIX indica com clareza que ao menos uma fase do processo de civilização foi completamente esquecido, indicando que as pessoas querem que este processo simplesmente aconteça nas classes mais baixas ou mesmo em outras nações. Para s as camadas dominantes este processo se enraizou como se tivesse sido completado.